

Marcas de oralidade na obra *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus

Adiel Bernardo da Silva; Caio José Campos da Silva; Gabrielle Claudino da Silva*

Resumo: Neste artigo, no qual aborda as marcas de oralidade no livro de Carolina de Jesus, objetivou-se analisar os processos fonológicos de maior ocorrência na obra “Quarto de despejo: o diário de uma favelada”, que foi publicada em forma de diário, em 1960. Pretende-se, com esta análise, compreender em quais contextos ocorrem os processos fonológicos na escrita da autora, haja vista que sua baixa escolaridade pode ter influenciado tal ocorrência durante a produção do texto. Para tal, nos fundamentamos nas teorias de Bagno (2002), Chomsky e Lasnik, (1993), Engelbert (2012), Faraco (2002), Gnerre (1991), Marcuschi e Dionísio (2005), Morais (2009), Roberto (2016) e Silva (2003). Os resultados obtidos demonstram a presença de traços da fala em sua escrita. Além disso, em meio a variados processos fonológicos presentes na obra, a ditongação é o fenômeno fonológico mais recorrente na escrita da autora.

Palavras-chave: processos fonológicos; relação fala/escrita; normas linguísticas.

Abstract: In this article, which discusses the marks of orality in the book of Carolina de Jesus, the objective was to analyze the phonological processes of greatest occurrence in the work “Quarto de Despejo: o diário de uma favelada”, which was published in the form of a diary, in 1960. This analysis intends to understand in which context the phonological processes occur in the author’s writing, considering that her low schooling may have influenced this occurrence during the production of the text. To this end, we’re based on the theories of Bagno (2002), Chomsky and Lasnik, (1993), Engelbert (2012), Faraco (2002), Gnerre (1991), Marcuschi and Dionísio (2005), Morais (2009), Roberto (2016) and Silva (2003). The results obtained demonstrate the presence of speech traits in her writing. In addition, in the middle of several phonological processes present in the work, the ditionation is the most recurrent phonological phenomenon in the author’s writing.

Keywords: phonological processes; speech/writing relation; language standards.

* Artigo desenvolvido durante a disciplina de Leitura e Produção de Texto Acadêmico, da Graduação em Letras Português (Licenciatura), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrada pela Prof.^a Dr.^a Siane Gois Cavalcanti Rodrigues.

1. Introdução

A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento (MG), no dia 14 de março de 1914. Mulher, negra, semianalfabeta, filha de pais negros e analfabetos, adentrou no ambiente escolar aos sete anos de idade por incentivo de sua mãe. Contudo, não chegou a concluir seus estudos, interrompendo-os no segundo ano do Ensino Fundamental, mas isso não a impediu de aprender tanto a ler como a escrever.

Com o passar dos anos, a autora tornou-se atenta ao mundo ao seu redor e passou a relatar os acontecimentos através dos gêneros literários, como o poema e a crônica. Motivada pela morte de sua mãe e pela falta de trabalho, Carolina mudou-se para a cidade de São Paulo, onde construiu um barraco às margens do rio Tietê, na favela do Canindé, e morou com seus três filhos. A escritora, acostumada a relatar acontecimentos a sua volta, inicia a construção de um diário que, posteriormente, foi publicado em forma de livro, intitulado *Quarto de Despejo*, em 20 de agosto de 1960, com o intuito de relatar o dia a dia da favela e tudo que acontece consigo.

São presentes na escrita da autora marcas de oralidade em seus relatos diários, todavia, vale ressaltar aqui que por ser um diário, ainda mais escrito por alguém com baixa escolaridade, é normal que encontremos transgressões da fala em seu texto, pois, conforme Marcuschi e Dionísio (2005, p. 15) afirmam, a “[...] fala influencia a escrita.”. Ademais, é importante citar que isso somente pode ser considerado um desvio se for avaliado perante a norma-padrão. Somado a isso, a forma como a obra é narrada contém fragmentos de escrita flutuante, isto é, a narrativa transita entre a escrita de cunho padrão e as variedades linguísticas. Assim, as diferenças entre fala e escrita se tornam mais evidentes durante o processo de formulação textual no que tange, por exemplo, a aspectos como coesão, progressão referencial e organização do tópico.

Nesse sentido, é perceptível que a autora-personagem, na tentativa de escrever de acordo com a norma-padrão, pratica desvios de concordância em determinadas partes de seu texto, assim como faz uso de marcas de oralidade em seus relatos diários. Assim, o presente artigo objetiva analisar os processos de natureza fonológica mais recorrentes no texto da autora. O texto está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, é apresentada a fundamentação teórica desta análise, que é ancorada em Bagno (2002), Chomsky e Lasnik, (1993), Engelbert (2012), Faraco (2002), Gnerre (1991), Marcuschi e Dionísio (2005), Moraes (2009), Roberto (2016) e Silva (2003), logo em seguida, é apresentada a análise da obra *Quarto de Despejo: o diário de uma favelada*.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Relação Fala e Escrita

Histórica e biologicamente a oralidade constitui-se antes da escrita e, por isso, já dominamos razoavelmente a língua antes de adentrarmos ao ambiente escolar, local em que, além de socializar, iremos aprender a utilizar a norma-padrão. Entretanto, existe uma supervalorização social da língua em sua modalidade escrita em detrimento da língua

falada, acarretando uma compreensão equivocada e preconceituosa da relação entre fala e escrita.

Diante disso, há uma tendência em observar tal relação de maneira dicotômica, isto é, observando fala e escrita como dois sistemas linguísticos em que a escrita seria planejada e condensada enquanto a fala receberia o estigma de não planejada e redundante. Marcuschi e Dionísio (2005) defendem a relação fala e escrita como dois modos de funcionamento da língua, cuja modalidade oral não necessita de reparos e alterações. Nesse sentido, evita-se a visão simplista e excludente de que a variação presente na oralidade é um erro.

Não existe uma marca linguística, uma preposição, um artigo ou um advérbio que seja suficientemente capaz de definir e delimitar uma linguagem como oral ou escrita, mas podemos, através da observação de estratégias preferenciais, identificar o tipo de linguagem. Tendo isso em vista, é comum que haja dificuldade na distinção das modalidades, isso porque, em algumas situações, as duas coexistem, são as chamadas oralização da escrita e editoração da fala.

A primeira delas se trata de um texto escrito sendo transmitido oralmente, podendo conter formas expressivas da oralidade, sendo muito comum em noticiários de televisão, leitura de poemas, apresentação de seminários e conferências. A segunda diz respeito a um texto que foi produzido oralmente e sofreu um processo de transcrição e retextualização, implicando a editoração da fala, sendo presente de maneira expressiva em entrevistas. Como se evidencia no trecho abaixo:

As diferenças entre oralidade e escrita podem ser melhor observadas nas atividades de formulação textual manifestadas em cada uma das duas modalidades, e não em parâmetros fixados como regras rígidas. Essas atividades se dão na fala, em tempo real, o que acarreta diferenças com a escrita, em razão da natureza do processamento. Certamente, há algumas observações especiais quanto à escrita em tempo real, síncrona, nos bate-papos pela internet, mas esses são casos especiais a serem ainda analisados. (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2005, p. 17, grifo dos autores).

Através da perspectiva teórica acima apresentada, tem-se a ciência de que a natureza do processamento influencia na organização da linguagem. Isto é, devido ao fato de que a fala é realizada em tempo real, não há possibilidade de revisão. Além disso, seu tempo de produção e recepção é simultâneo e sujeito a pausas, repetições e truncamentos, o que confere uma “aparência caótica” (*id.*, 2005, p. 22) a textos de natureza oral. No tocante à escrita, seu tempo é defasado, possibilitando uma remodelação textual no que tange à escolha lexical, estilo e estrutura, o que pode levar bastante tempo até que se considere que o texto está finalizado.

Nesta direção, Marcuschi e Dionísio (2005) reconhecem que tanto a fala como a escrita variam de maneira relativamente considerável e, por muito tempo, a sociolinguística só se ocupou com a variação na oralidade, por haver um senso comum que concebia a

escrita como organizada e homogênea. Entretanto, ainda que a escrita não admita variações dialetais, regionais e sociais em sua modalidade formal, sabe-se que a grafia sofre mudanças diacrônicas.

Outro aspecto indissociável das relações de fala e escrita é o meio de utilização, pois, enquanto a fala se enuncia através do som, tendo uma característica fugaz, a escrita se vale da grafia, de aspecto mais duradouro. “Mas a consequência mais importante dessa diferença é a que diz respeito à grafia dos sons [...]” (*id.*, 2005, p. 21-22). Logo, na fase inicial da alfabetização, é comum ocorrerem problemas na grafia de palavras semelhantes devido ao fato de que há na língua mais fonemas do que letras. Esse “excesso” de fonemas é, por vezes, perpassado para a escrita, resultando em processos fonológicos.

Assim, no viés de que a escrita é uma abstração da fala, a primeira não contempla todos os aspectos da oralidade, como sotaque, entonação e expressões faciais, em alguns casos. Para ilustrar essa questão, tomamos como exemplo *Quarto de Despejo* e percebemos que não se trata de um texto oral, mas um texto escrito de enunciação evidenciada pela presença de marcas de oralidade.

2.2 As Normas Linguísticas

Constitui-se no Brasil um senso comum de que norma culta e norma-padrão são sinônimas, entretanto, tal pensamento configura-se como um equívoco no que se refere a tais modalidades. Para Faraco (2002, p. 39), a “[...] norma culta, [...] não se confunde com norma-padrão.”. Desse modo, a norma culta é normalmente associada às pessoas que dominam a cultura da escrita, isto é, os mais próximos das regras e padrões gramaticais. O termo “culto”, em seu sentido denotativo, é denominado como um adjetivo qualificador de pessoa. Nesse contexto, tal termo é associado aos detentores da norma culta, os postulados como possuidores de cultura, instruídos, civilizados. No entanto, associar a modalidade escrita como classificador social, desprestigiando quem não detém tal modalidade como inculto, é pensar o indivíduo como não possuidor de cultura, o que contraria os estudos antropológicos.

A norma-padrão, segundo Faraco (2002, p. 40), “[...] desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador, [...] que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar as variações e controlar a mudança.”. Esse procedimento visa à normatização de uma língua, caracterizando o que estiver fora do padrão normativo como errado. No Brasil, a padronização da língua deu-se não apenas por uma questão meramente linguística, mas ideológica. A respeito disso, Bagno (2002) declara:

[...] até a independência política do Brasil, em 1822, não havia dúvidas quanto ao padrão linguístico que deveria ser considerado modelar. Afinal, o Brasil era uma extensão transatlântica de Portugal, e nessa qualidade, estavam seus habitantes em tudo sujeitos às decisões oficiais da metrópole, inclusive às decisões atinentes à língua. [...] (BAGNO, 2002, p.180)

Nesse contexto, deu-se o processo de legitimação da norma-padrão brasileira. Essa não foi uma escolha apenas linguística, baseada no conjunto de regras, mas sim uma decisão ideológica. Tal resolução visara um padrão mais próximo do que podemos chamar de “eurocentrismo linguístico” do português brasileiro, no qual se idealizava uma gramática baseada nas decisões atenuantes à língua de Portugal. Através desse cenário, configurou-se o conjunto de regras linguísticas do Brasil, estabelecendo uma normatização diante das variações dialetais dos falantes nativos. Entretanto, essa visão ideal de norma, considerada melhor em detrimento das demais, representa uma supervalorização da cultura portuguesa em relação à brasileira, constituindo uma visão de inferioridade da fala e da escrita do Brasil. Dessa forma, Bagno (2002) postula que:

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa atribuir qualquer valor ao que é autóctone, sempre visto como primitivo e incivilizado. Já Fontes denunciava em 1945 que “esse desprezo de nossa língua anda sempre irmanado ao descaso por tudo o que ela representa: a gente e a terra do Brasil” (BAGNO, 2002, p. 180).

Compreendemos, assim, a definição de norma culta como a variante linguística dos falantes que detêm o poder da escrita, por intermédio da cultura letrada. Nesse pressuposto, são os indivíduos que dominam o conhecimento da norma-padrão brasileira, sendo esta entendida como a escolha de um ideal de norma linguística de uma língua. No Brasil, a norma-padrão foi constituída baseando-se na cultura da escrita lusitana. Diante dessa perspectiva, algumas variações dialetais que não estão em consonância com as prescrições das regras ditas como padrões, sofrem diversos estigmas, como o preconceito social, uma vez que as variedades linguísticas acabam constituindo valores aos falantes. Nesse sentido, “uma variedade linguística vem a ser o que vale os falantes na sociedade, isto é, vale como o reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” (GNERRE, 1991, p. 6-7).

2.3 Processos Fonológicos

A língua é formada por diversas palavras com as quais podemos criar inúmeros enunciados. Seu processo de aquisição é considerado extenso e complexo. Entretanto, nossa fala é fruto de um número limitado de sons, tendo em vista a constante combinação de fones – segmentos vocálicos e consonantais – que formam fonemas – unidades sonoras organizadas por meio de formas estabelecidas por uma convenção social. Conforme postula Engelbert (2012, p. 141), “as línguas são constituídas de segmentos, sílabas, palavras, frases que se combinam e organizam de uma determinada forma, havendo também restrições quanto à combinação e à ordem desses elementos.”

Ao longo do século XX, diferentes teorias surgiram para tentar explicar de que forma ocorre esse processo de aquisição. Em um primeiro momento, a ideia de que uma criança aprendia sua língua por meio da imitação e analogia foi criada, entretanto, parecia ter algumas falhas. É comum as crianças fazerem adaptações nas palavras que escutam, pois,

“isso indica que elas estão aprendendo e internalizando regras para a formação completa do sistema linguístico do seu meio.” (ENGELBERT, 2012, p. 142). Assim, com o passar do tempo, novos estudos surgiram e mudaram essa concepção. Os linguistas norte-americanos Noam Chomsky e Howard Lasnik (1993) formularam a *Teoria de Princípios e Parâmetros*, afirmando que o ser humano possui, desde o nascimento, um mecanismo mental que possibilita a aquisição da linguagem. Logo, se a criança fosse exposta aos dados linguísticos, ela iria aprender.

Por outro lado, uma visão interacionista surge, trazendo o pensamento segundo o qual é importante para a criança ter contato com outras crianças e adultos, para possibilitar o seu desenvolvimento linguístico, logo, desenvolvendo seu intelecto. Por isso, podemos afirmar que a criança aprende a língua ao ser exposta a ela, porém, essa aquisição acontece aos poucos, seguindo níveis de dominação. “Portanto, as crianças vão dominando pouco a pouco os diferentes grupos de segmentos em uma determinada ordem.” (ENGELBERT, 2012, p. 144).

A Linguística é uma ciência preocupada em investigar qualquer fenômeno ligado à língua, estabelecendo princípios e características reguladoras às suas estruturas. Pode-se dizer que essa ciência possui diversas ramificações, mas aqui nos interessam duas destas, a fonética e a fonologia, com o intuito de compreender de forma mais clara esse processo de aquisição da fala. De acordo com Roberto (2016, p. 6), “cabe à fonética estudar e descrever os sons produzidos pela linguagem verbal do ser humano, enquanto cabe à fonologia o estudo dos fonemas como unidades fonológicas distintas e abstratas de dada língua.”. De uma forma mais clara, essas duas convergem em um aspecto: possuem como objeto principal de estudo o universo sonoro das línguas e, de certa forma, podemos afirmar que a fonética está ligada à fala (*parole*) saussuriana, enquanto a fonologia está atrelada à língua (*langue*) saussuriana.

Analisando o nosso mecanismo de fala, podemos perceber que não existe somente um órgão responsável pela sua realização. Além disso, os órgãos utilizados na articulação dos sons não possuem como função primordial a sonoridade. Muito pelo contrário, “na verdade, não existe nenhuma parte do corpo humano cuja única função esteja apenas relacionada com a fala.” (SILVA, 2003, p. 24). O aparelho fonador é constituído por três sistemas: o articulatório (faringe, língua, nariz, palato, dentes e lábios), o fonatório (laringe, onde está a glote) e o respiratório (pulmões, músculos pulmonares, brônquios e traqueia). “Levando-se em consideração as características fisiológicas do aparelho fonador, podemos afirmar que há um número limitado de sons possíveis de ocorrer nas línguas naturais.” (SILVA, 2003, p. 25). Dessa forma, Silva (2003) explica que:

Isso deve-se ao fato de ser fisiologicamente impossível articular um som em que a língua toca a ponta do nariz. Por outro lado, sons cuja articulação envolve a língua tocar os dentes incisivos superiores são atestados em inúmeras línguas. Em outras palavras, enquanto certas articulações são fisiologicamente impossíveis, outras são recorrentes. (SILVA, 2003, p. 25).

Mesmo sabendo que possuímos nossas idiossincrasias, nossos corpos são constituídos pelos mesmos órgãos, como laringe e pulmão, porém estes possuem tamanhos que variam de indivíduo para indivíduo. Logo, seres humanos livres de doenças no aparelho fonador são capazes de pronunciar um som em qualquer língua. Nosso aparelho fonador é dotado de articuladores passivos e articuladores ativos, sendo os ativos – lábio inferior, língua, véu palatino e cordas vocais –, os que se movimentam para constituir os diferentes sons da fala, enquanto os passivos – lábio superior, dentes superiores, o chamado popularmente “céu da boca” e a úvula – participam da articulação.

Entretanto, pode ser que, em determinado momento de nossas vidas, de forma natural e universal, fones e fonemas sejam alterados em nossa fala, caracterizando, assim, os processos fonológicos. Roberto (2016, p. 117), afirma que “todo ser humano se depara com a realização dos processos fonológicos, especialmente na fase de aquisição da linguagem, em que dificuldades de articulação costumam ser mais frequentes.”. Nessa perspectiva, os processos fonológicos surgem como um facilitador da fala quando existe alguma dificuldade na produção de um som ou grupo de sons por um falante da língua. Conforme Roberto (2016) explica:

Eles permitem, ainda, analisar o processo de alfabetização (uma vez que alguns processos fonológicos resultam em dificuldades manifestadas também na escrita e na leitura), bem como problemas fonoaudiológicos (em que a recorrência de determinadas alterações pode caracterizar os chamados desvios fonológicos [...]). Por fim, viabilizam o estudo do processamento psicolinguístico (porque algumas alterações são recorrentes entre os falantes, podendo dar indícios de como a linguagem se organiza em seu processamento). (ROBERTO, 2016, p. 117-118).

É comum que um determinado som seja suprimido ou substituído por outro parecido, igual ou menos complicado do que aquele que era previamente utilizado. Essas trocas e supressões são naturais e presentes em todos os usos dos falantes do mundo que são livres de qualquer deficiência física ou mental, isto é, todo indivíduo que apresenta as capacidades cognitivas esperadas que um ser humano atenda. Por ventura, ainda é possível que esses fenômenos sejam reproduzidos no processo de aquisição da escrita, pois, conforme Marcuschi e Dionísio (2005, p. 21) afirmam, “[...] a escrita é uma espécie de representação abstrata e não fonética nem fonêmica da fala [...].”

Por meio de uma reflexão sobre os sons de nossa fala, é possível desenvolver uma consciência fonológica e então, conforme Engelbert (2012, p. 158-159) afirma, “[...] podemos julgar nosso conhecimento sobre a língua e manipular a produção dos sons da fala.”. Durante seu crescimento, as crianças desenvolvem tal consciência, sendo assim capazes de identificar e manipular as sílabas e os segmentos, apagando-os, substituindo-os e até mesmo mudá-los. Logo, essa forma de consciência interfere de forma positiva e direta no processo de aquisição da escrita das crianças, pois é notório que a criança recorre à sua memória sonora para desenvolver sua escrita.

Peguemos como exemplo a seguinte situação: João, aluno do primeiro ano do ensino médio, escreveu um texto em que havia palavras escritas como “séu” (“céu”), “ipopótamo” (“hipopótamo”), “caro” (“carro”) e “rresto” (“resto”). Apesar de sabermos que essas palavras possuem desvios da norma ortográfica, não podemos dizer se eles são motivados por diversas causas ou possuem uma em específico. As palavras “céu” e “hipopótamo” não possuem nenhuma regra explícita que nos mostre se elas devem ser escritas com “C” e “H” ou não. Em contrapartida, “carro” e “resto” podem ser escritos com “RR” ou com “R”, caso não saibamos a regra que rege o uso destes fonemas nas palavras do português. Nesse contexto, Morais (2009, p. 35) afirma que “estamos diante de dois tipos de dificuldades ortográficas: irregulares e regulares.”.

Na primeira situação supracitada, a forma que uma letra ou dígrafo é usado é validada apenas pelo uso ou origem da palavra, pois, como não há nenhuma regra, o indivíduo é obrigado a memorizar a norma ortográfica a ser usada, como ocorre com o “C”, em “céu”, e com o “H”, em “hipopótamo”. A segunda situação a ser analisada constitui-se de uma dificuldade regular, já que podemos inferir qual é a forma correta da palavra, mesmo sem conhecê-la. Isso porque, de acordo com Morais (2009, p. 36), existe um “princípio gerativo, uma regra que se aplica a várias (ou todas as) palavras da língua nas quais aparece a dificuldade em questão.”. É o que acontece no uso do “RR” e “R” nas palavras “carro” e “resto”.

Explicando mais sobre as questões regulares e irregulares, vale ressaltar, primeiramente, que existem três casos de regularidades, as diretas, as contextuais e as morfológico-gramaticais. As regularidades diretas constituem uma relação de letra-som e abrangem a escrita das consoantes “P”, “B”, “T”, “D”, “F” e “V” em palavras como “pelo”, “bolo” ou “figo”. Nessas palavras, não existem letras com locais de articulação próximos, impossibilitando que haja uma troca natural na hora da realização destas palavras pelas crianças. Entretanto, Morais (2009, p. 37) postula que é comum encontrarmos crianças que confundam, na hora de pronunciar certas palavras, o “P” e o “B”, e o “T” e o “D”, assim como ocorre em “bato” e “dapete” ao invés de “pato” e “tapete”. Isso acontece porque esses sons em questão possuem semelhanças em sua realização pelo nosso aparelho fonador, logo, podemos chama-los de *pares mínimos*.

As regularidades contextuais levam em consideração, como o próprio nome indica o contexto em que a palavra deverá ser usada. Lembremo-nos, por exemplo, da questão do “R” e “RR” citada anteriormente. Dependendo do contexto em que serão usados esses sons, talvez não se faça nem necessário que o indivíduo decore quando deve usar cada um. A fonêmica explica que devemos usar o “R forte” tanto em início de palavra, como é o caso de “resto”, como no início de sílabas antecederidas de consoantes, como é o caso de “honraria” ou na posição de coda silábica, como acontece em “porteiro”. Todavia, quando esse “R forte” aparece no meio de vogais, sabemos que devemos usar o “RR”, como em “carro”, para evitar a pronúncia de um “R” tepe alveolar vozeado. Além disso, quando precisamos marcar a outra realização fonológica do R, conhecida como “R tremido”, isto é, o tepe alveolar vozeado, usamos um “R” só, como em “braçal”.

Vale ressaltar que também ocorrem essas regularidades nos usos de “M”, “N”, “NH” ou “~” para marcar nasalização, assim como acontece em “pombo”, lê-se [põbv] ou [põbo]; “cantora”, lê-se [kãtora]; “ninho”, lê-se [nĩyo] ou [nĩv] e “mãe”, lê-se [mã]. Além dos usos de “G” ou “GU” em “garotada”, lê-se [garo'tada] e “guerrilha”, lê-se [gɛ'hiʎa]; “C” ou “QU” em “carro”, lê-se ['kaho] ou ['kahv], e “que”, lê-se ['ke] ou ['ki] (observe que o “qu” assume o som /k/); uso do “O” ou “U” em palavras que terminam com “o” e são pronunciadas com “u”, como “bolo”, lê-se ['bolv] ou ['bolo], assim como o uso do “E” ou “I” em palavras que terminam com “e” e são pronunciadas com “i”, como “ave”, lê-se ['ave] ou ['avi]¹.

As regularidades morfológico-gramaticais abrangem a forma que o entendimento das regras nos dá confiança ao escrever uma frase. Morais (2009) afirma que:

“Sabemos, por exemplo, que “portuguesa” e “inglesa” se escrevem com S, enquanto “beleza” e “pobreza” se escrevem com Z. Sabemos também que “cantasse”, “comesse” e “dormisse” se escrevem sempre com SS. Por quê? Mesmo que não saibamos “dizer” as razões, temos um conhecimento intuitivo dos motivos que estão por trás dessas grafias.”. (MORAIS, 2009, p. 40-41).

Nesses determinados casos, podemos afirmar que são os aspectos ligados às categorias gramaticais de cada uma dessas palavras que nos permitem estabelecer tais regras. Em geral, essas normas estão relacionadas aos morfemas, especialmente os sufixos, que determinam as categorias gramaticais. Vale ressaltar que esses sufixos estão presentes nas formações tanto de palavras derivadas, como na flexão verbal.

Por fim, falaremos agora das irregularidades, haja vista que elas somente surgem na escrita, assim como ocorre com o som o “S”, do “G”, do “Z” e do “X”. Além desses casos, também podem ocorrer irregularidades na hora que o falante precisa aplicar o “H” no início de palavras; no uso de “E” e “I” ou “O” e “U” em sílabas átonas no início da palavra e até mesmo no uso de “L” e “LH” perante alguns ditongos, assim como na redução dos ditongos. Nesses casos supracitados, não há como um falante da língua deduzir qual regra deve ser usada, pois não há uma, por isso que ele deve decorá-las ou simplesmente consultar um dicionário sempre que houver dúvidas. Nessa conjuntura, é totalmente compreensível que um falante não memorize todas essas normas gramaticais de nossa língua, o que o levará a cometer desvios de norma-padrão e acarretando, também, a constituição dos processos fonológicos.

Os processos fonológicos são organizados de quatro formas, sendo elas: processos por apagamento ou supressão, processos por acréscimo, processos por transposição e processos por substituição.

¹ As transcrições fonéticas foram feitas com base nos símbolos propostos pela Associação Internacional de Fonética.

Também conhecidos como processos fonológicos de queda ou truncamento, os processos por apagamento ou supressão são entendidos como processos de estruturação silábica que envolve um apagamento ou supressão de determinado segmento, seja ele uma vogal, consoante, semivogal ou, por ventura, a sílaba por inteiro. Roberto (2016, p. 119) postula que “o apagamento de vogal tende a ocorrer quando ela assume posição inicial de vocábulo, coincidindo com sílaba, podendo ser evidenciada tanto diacrônica quanto sincronicamente, seja durante a aquisição ou em variedades sociolinguísticas [...]”. Um bom exemplo de *apagamento de vogal* em início de vocábulo é o que acontece com o cumprimento “obrigado”, observe:

obrigado > “brigado” → [bri'gadũ]
[o] > Ø

Ademais, os casos de *apagamento de consoante* “podem se dar em diferentes posições silábicas, sendo comum o apagamento de líquidas em posição C₂ ou em início de sílabas e de fricativas em posição de coda.” (ROBERTO, 2016, p. 119). Enquanto isso, Engelbert (2012, p. 147) explica o motivo pelo qual as consoantes líquidas (/l, λ, r, r/) normalmente são apagadas na fala, pois, isso acontece “[...] principalmente pela dificuldade de articulação e por seu *status* fonológico.”. Observa-se, primeiramente, o exemplo de apagamento das consoantes líquidas em posição C₂ ou em início de sílaba:

compra > “compa” → ['cõ.pa]
[pra] > [pa]
motocicleta > “motociketa” → [mo.to.si.'kɛ.tə]
[klɛ] > [kɛ]

Em uma segunda exemplificação, observa-se agora o *apagamento de róticos* e de fricativas em posição de coda silábica:

cantar > “canta” → [kã.'ta]
[h] > Ø
mar > “ma” → ['ma]
[h] > Ø

Vale ressaltar que em “cantar” acontece algo muito comum na fala atual, isto é, o rótico presente no final dos verbos no infinitivo desaparece, gerando até mesmo certa dificuldade na escrita das crianças. Ademais, o apagamento de semivogal ou *monotongação* é algo recorrente atualmente na fala e acaba sendo levado para a escrita. Observe o exemplo:

roupa > “rôpa” → ['ho.pa]
[ow] > [o]

Os processos por supressão classificam-se conforme o tipo do apagamento e são classificados em três: aférese, síncope e apócope. A *aférese* ocorre quando um fonema presente no início do vocábulo é apagado.

aguentar > “guentar” → [ˈg^wẽ.tah]
[a] > ∅

A *síncope* ocorre quando um fonema no interior do vocábulo é apagado, observe o exemplo:

para > “pra” → [ˈpra]
[a] > ∅

Por fim, a *apócope* ocorre quando os fonemas finais do vocábulo são apagados. Roberto (2016, p. 121) traz como exemplo a palavra lápis que se torna “lápi”, logo, a transcrição fonética muda de [ˈlaplʃ] para [ˈlapl]. Observe que o [ʃ] desaparece.

Falando agora dos processos fonológicos por acréscimo, pode ser destacada a *epêntese*, que geralmente acontece no interior das palavras. De acordo com Roberto (2016, p. 122), a epêntese é “[...] geralmente comum em processos de regularização silábica, quando a estrutura silábica foge do padrão canônico do português ou representa dificuldade articulatória durante a aquisição da linguagem”. Além disso, também ocorre a *ditongação* – caracterizada pelo acréscimo de semivogais – e a *paragoge*, em que o acréscimo acontece no final da palavra. São exemplos desses processos fonológicos as palavras destacadas a seguir:

Epêntese:	nós > “nóis” → [ˈnɔʃ]
Ditongação:	rapaz > “rapais” → [ha.ˈpaʃ]
Paragoge:	internet > “internete” → [ĩ.teʔ.ˈnɛ.tʃ]

Podem-se destacar, também, os processos fonológicos por transposição, como a *metátese* e *hiperbibasmo*. A primeira caracteriza-se, de acordo com Roberto (2016, p. 122), “[...] pela alternância de segmentos dentro do vocábulo”. A segunda caracteriza-se não pela transposição de segmentos, mas sim do acento. Observe os exemplos:

Metátese:	iogurte > “iorgute” → [i.ɔh.ˈgu.tʃ]
Hiperbibasmo:	xerox > “xeróx” → [ʃɛ.ˈrɔks]

Além disso, os processos fonológicos por substituição, simplesmente, consistem, como o próprio nome indica, “[...] na substituição de um fonema por outro ou na troca de algum dos traços que o compõem por influência contextual.” (ROBERTO, 2016, p. 123). Destacamos a assimilação, o fortalecimento, o enfraquecimento, a palatalização e o rotacismo.

A *assimilação* consiste na ocorrência de um fone assimilando-se a um ou mais traços e outro fone próximo a ele, isto é, copiando o traço alheio, podendo acontecer em qualquer posição. Roberto (2016, p. 123) traz como exemplo “bravo”, que passa a ser “brabo”, possuindo a transcrição [ˈbra.bv], isto é, o /v/ assimila o traço [-contínuo] de /b/. O *fortalecimento* é simplesmente a troca de um som de articulação mais fraca por um mais forte, como é o caso da troca de /v/ por /b/ no exemplo anterior. Sendo assim, o *enfraquecimento* é exatamente o oposto do fortalecimento.

A *palatalização* (ou palatização), de acordo com Roberto (2016, p. 124), “[...] é um processo no qual um segmento se torna palatal ou mais semelhante a um som palatal ao adquirir uma articulação secundária palatalizada (do tipo [ts]), ou africada (do tipo [tʃ])”. Observe:

gente → [ˈʒẽ.ts]

Por fim, o *rotacismo* caracteriza-se pela substituição da consoante lateral alveolar vozeada /l/ pelo tepe alveolar vozeado /r/, por exemplo, a palavra “implicar”, em uma possível transcrição fonética ficará assim: [ˈĩpliˈkəh] ou [ˈĩpliˈkə]; na ocorrência do rotacismo, a transcrição fonética passa a ser: [ˈĩprikəh] ou [ˈĩprikə].

Com base nas perspectivas teóricas supracitadas iremos, agora, iniciar a análise da obra *Quarto de despejo: o diário de uma favelada*, com o intuito de identificar os processos fonológicos de maior incidência no objeto de análise.

3. Análises dos dados

Quarto de Despejo: o diário de uma favelada é uma obra que narra o dia a dia da autora, dividido por datas, em que é especificado o dia, mês e ano em que está sendo escrito o texto. Carolina, ao escrevê-la, descreveu o espelho da sua vida, utilizando-se dos reflexos e das barreiras sociais que uma favelada tinha de superar todos os dias para sobreviver. Sua escrita constituiu sua forma de resistência, de denúncia política das precarizações de uma marginalizada.

Observando os usos lexicais da obra, percebe-se a ocorrência dos processos fonológicos em sua escrita, causados pela baixa escolaridade da autora. No que tange aos processos fonológicos por apagamento, isto é, quando ocorre a supressão de determinado segmento, percebe-se que a autora não comete apagamento de vogais e consoantes, tanto menos monotongação. Foi encontrado um caso isolado de apagamento de róticos no texto, ou seja, a autora, ao escrever, acabou suprimindo o fonema /r/ no final do verbo no infinitivo, como se observa no Quadro 1:

Quadro 1 – Ocorrência de apagamento de róticos na obra *quarto de despejo*

21 de julho de 1955 [...] Mas a minha filha Vera Eunice ergueu o braço e disse:

– Dá, eu té *Compá* papato.

Eu disse:

– Ela está dizendo que quer o dinheiro para comprar sapatos. [...] (p. 20, linhas 25-28) [comprar]

Fonte: Autores.

Em relação aos processos fonológicos por supressão, não foi possível encontrar no decorrer da obra casos de aférese e apócope. Entretanto, ocorre um caso de síncope no texto de Carolina, ou seja, um apagamento do fonema no interior do vocábulo. No exemplo contido no Quadro 2, a síncope coexiste com o apagamento de rótico. Observe:

Quadro 2 – Ocorrência da síncope coexistindo com o apagamento de róticos em *quarto de despejo*

21 de julho de 1955 [...] Mas a minha filha Vera Eunice ergueu o braço e disse:

– Dá, eu té *Compá* papato.

Eu disse:

– Ela está dizendo que quer o dinheiro para comprar sapatos. [...] (p. 20, linhas 25-28) [comprar]

Fonte: Autores.

Pode-se afirmar que os processos fonológicos por acréscimo são os mais recorrentes na obra da autora. Não acontecem casos de *paragoge*, mas sim de ditongação, isto é, o acréscimo da semivogal epentética /i/. Dentre os diversos casos, a título de exemplificação, trazemos no Quadro 3, três ocorrências de *puis*; no Quadro 4, uma ocorrência de *nois*; no Quadro 5, duas ocorrências de *treis* e três ocorrências de *pois* no Quadro 6.

Quadro 3 - Ocorrência de ditongação na palavra *pus* em *quarto de despejo*

17 de julho de 1955: Domingo. Um dia maravilhoso. O céu azul sem nuvem. O Sol está tepido. Deixei o leito as 6,30. Fui buscar água. Fiz café. Tendo só um pedaço de pão e 3 cruzeiros. Dei um pedaço a cada um, *puis* feijão no fogo que ganhei ontem do Centro Espirita da Rua Vergueiro 103. [...] (p. 10, linhas 26-30) [pus]

23 de maio de 1958 [...] Quando *puis* a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia. [...] (p. 39, linhas 1-3) [pus]

03 de junho de 1958 [...] A Marli saiu. Disse que ia buscar uma pedra para jogar na cabeça da mulher. Eu *puis* a mulher no carro e o Alcino e mandei eles ir-se embora. [...] (p. 45, linhas 19-21) [pus]

Fonte: Autores.

Quadro 4 - Ocorrência de ditongação na palavra *nós* em *quarto de despejo*

21 de julho de 1955 [...] Depois fui torcer as roupas e vim preparar o almoço. Hoje eu estou cantando. Estou alegre e já pedi aos vizinhos para não me aborrecer. Todos *nois* temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu! [...] (p. 22, linhas 12-16) [nós]

Fonte: Autores.

Quadro 5 - Ocorrência de ditongação na palavra *três* em *quarto de despejo*

08 de junho de 1958 [...] Quem nos dava água era a Dona Ida Cardoso. *Treis* vezes ela nos deu água. Ela nos disse que nos dava água só nos dias uteis. [...] (p. 50, linhas 3-5) [três]

10 de julho de 1958 [...] Aqui na favela tem um barracão na rua B onde os crentes vem rezar *treis* vezes por semana. Uma parte do barracão é coberto com folha de flandres e a outra de telha. [...] (p. 81, linhas 4-7) [tres]

Fonte: Autores.

Quadro 6 - Ocorrência de ditongação na palavra *pôs* em *quarto de despejo*

08 de novembro de 1958 [...] Pensei: agora vai. Olhei o homem e achei ele bonito. Ele retirou o colchão de dentro do guarda-roupa e *pois* no carrinho. Depois *pois* o guarda-roupa por cima para não escorregar. Pegou a corda e amarrou. [...] (p. 119, linhas 7-10) [pôs, pôs]

03 de maio de 1959 [...] ... Hoje o Frei veio rezar a missa na favela. Ele *pois* nome na favela de Bairro do Rosário. Vem varias pessoas ouvir a missa. No sermão o padre pede ao povo para não roubar. [...] (p. 142, linhas 3-5) [pôs]

Fonte: Autores.

Sobre os processos fonológicos por transposição, não foi possível encontrar no texto da autora a ocorrência nem de metátese, nem de hiperbibasmo. Em relação aos processos por substituição, não foi possível encontrar o enfraquecimento, a assimilação e a palatização. Por outro lado, observamos a ocorrência do fortalecimento e rotacismo. No Quadro 7, estão explicitados alguns dos casos de rotacismo presentes no texto. Observe:

Quadro 7 - Ocorrência de rotacismo em *quarto de despejo*

17 de julho de 1955 [...] Dei os 3 cruzeiros ao João José para ir comprar pão. Hoje é a Nair Mathias quem começou *impricar* com os meus filhos. A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. [...] (p.10, linhas 32-34) [impricar]

22 de junho de 1958 [...] Comecei a escrever o que observava daquela *agromeração*. O senhor Zuza viu-me escrevendo. Porque eu sou alta e estava toda de vermelho. Fui falar-lhe. [...] (p. 61, linhas 28-30) [aglomeração]

03 de julho de 1958 [...] Ele anda dizendo que vai bater no menino. Se fosse uma repreensão justa, mas a dele é *impricancia*. Onde é que já se viu um homem de 48 anos desafiar uma criança de 9 anos para brigar? [...] (p. 70, linhas 25-27) [implicância]

Fonte: Autores.

Observando a ocorrência do fortalecimento, ou seja, quando há a troca de um som de articulação mais fraca por uma mais forte, pode-se dizer que ela acontece na mudança do /e/ pelo /i/ e do /o/ pelo /u/, ou seja, vogais médias-altas por vogais altas. Observe os exemplos do Quadro 8:

Quadro 8 - Ocorrência do fortalecimento em *quarto de despejo*

24 de julho de 1955 [...] ... Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

- Está escrevendo, negra *fidida*!

A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam. (p. 24, linhas 18-21) [fedida]

02 de junho de 1958 [...] Um vestido que fez para a Vera. A Dona Alice *veiu* queixar-se que o senhor Alexandre estava lhe insultando por causa de 65 cruzeiros. Pensei: ah! o dinheiro! Que faz morte, que faz odio criar raiz. [...] (p. 44, linhas 31-34) [veio]

03 de junho de 1958 [...] O Arnaldo é preto. Quando veio para a favela era menino. Mas que menino! Era bom, *iducado*, meigo, *obidiente*. Era o orgulho do pai e de quem lhe conhecia. [...] (p. 46, linhas 4-6) [educado, obediente]

Fonte: Autores.

4. Conclusão

Podemos perceber na leitura e análise de *Quarto de despejo: o diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, que este se caracteriza por ser uma narrativa escrita em primeira pessoa pela própria autora, relatando seu dia a dia. Tendo em vista sua baixa escolaridade, notamos desvios de norma-padrão em seu texto e marcas de oralidade.

Sabemos que não há nenhuma marca linguística que delimite o que faz parte somente da linguagem oral ou escrita, mas, observando cuidadosamente o texto, podemos encontrar fenômenos da fala em sua escrita, haja vista que o diário é caracterizado por uma escrita baseada na linguagem coloquial.

Os processos fonológicos são facilitadores da fala que podem ser transpassados para a escrita, tendo em vista que, conforme Marcuschi e Dionísio (2005, p. 15) afirmam, a “[...] fala influencia a escrita.”. Analisando a obra, percebemos a existência dos processos fonológicos de apagamento, caracterizado pela supressão de algum segmento, seja ele uma vogal, consoante ou semivogal, ou, até mesmo, o apagamento da sílaba por inteiro. Em *Quarto de despejo*, foi possível identificar apenas um caso de apagamento de róticos, porém, são inexistentes na escrita da autora casos de apagamento de vogal, consoante, semivogal ou sílaba. Ademais, foi impossível encontrar a ocorrência de processos de supressão, isto é, aférese, síncope e apócope.

Por fim, pode-se afirmar que o processo fonológico de maior recorrência na obra de Carolina de Jesus é a ditongação. Ademais, em seu texto não foi possível encontrar casos de *paragoge* nem a ocorrência de processos fonológicos por substituição. Entretanto, percebemos que, a autora-personagem comete o processo de fortalecimento e rotacismo em seu texto.

Referências

- BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 179-200.
- CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: J. Jacobs; A. von Stechow; W. Sternefeld and T. Venneman (eds.). *Syntax: An international handbook of contemporary research* (Vol. 1). Handbooks of Linguistics and Communication Science 9. Berlin: de Gruyter, 1993, p. 506–569.
- ENGELBERT, Ana Paula Petriu Ferreira. A aquisição da fonologia e da escrita no português brasileiro. In: ENGELBERT, Ana Paula Petriu Ferreira *Fonética e fonologia da língua portuguesa*. Curitiba: InterSaberes, 2012, p. 141-163.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.
- GNERRE, M. Linguagem, poder e discriminação. In: *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 5-24.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. 6. ed. São Paulo: F. Alves, 1960.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângelo Paiva. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONÍSIO, Ângelo Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 13-30.
- MORAIS, Arthur Gomes de. A norma ortográfica do português: o que o aluno pode compreender? O que ele precisa memorizar? In: MORAIS, Arthur Gomes de. *Ortografia: ensinar e aprender*. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009, p. 35-44.
- ROBERTO, Tania Mikaela Garcia. Conceitos básicos. In: ROBERTO, Tania Mikaela Garcia *Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 15-41.
- _____. Processos Fonológicos. In: ROBERTO, Tania Mikaela Garcia *Fonologia, fonética e ensino: guia introdutório*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 117-137.
- SILVA, Thaís Cristófar, *Fonética*. In: SILVA, Thaís Cristófar *Fonética e fonologia do português: roteiro e estudos e guia de exercícios*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 23-116.

apl_

periodicos.ufpe.br/revistas/peda letra